

## **CADERNO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

**DE**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DAS  
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NO SISTEMA EM BAIXA DA ÁGUAS  
DO ALTO MINHO, S.A.” – 3 LOTES**

**PRC 102/2023**

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NO SISTEMA EM BAIXA DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.” – 3 LOTES nas infraestruturas dos Centros de Exploração Norte, Sul e Nordeste, cujas áreas geográficas se identificam no Anexo I do presente Caderno de Encargos. A área de intervenção compreende os seguintes Municípios:

- LOTE N.º 1 – CEX Norte (Municípios de Caminha, Valença e Vila Nova de Cerveira);
- LOTE N.º 2 - CEX Sul (Municípios de Ponte de Lima e Viana do Castelo);
- LOTE N.º 3 - CEX Nordeste (Municípios de Arcos de Valdevez e Paredes de Coura).

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato**

I. O contrato integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e anexo;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários

documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo contratual**

O contrato inicia-se com a data de assinatura do contrato, mantendo-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser automaticamente renovável por igual período, até um máximo de 36 (trinta e seis) meses, ou até se perfazer o limite do preço contratual para cada lote, caso esta última condicionante ocorra em primeiro lugar.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I**

#### **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

### **Cláusula 4.ª**

#### **Obrigações do Cocontratante**

I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:

- a) Obrigação de executar os serviços de limpeza e desobstrução com viatura hidroaspiradora na área de intervenção da Águas do Alto Minho - Centros de Exploração do Norte, Sul e Nordeste (trabalho planeado e situações de urgência).
- b) Executar o objeto do contrato da prestação de serviços adjudicado, em conformidade com o estabelecido na Cláusula 16.º do presente Caderno de Encargos, e com a proposta adjudicada, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;

- c) Cumprir as condições fixadas para a execução dos trabalhos;
  - d) Cumprimento da legislação em vigor, em todas as suas vertentes;
  - e) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Contraente Pública;
  - f) Envio à Contraente Pública, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, dos comprovativos da execução dos trabalhos;
  - g) Proceder à entrega dos documentos exigidos relativos à execução do objeto do contrato, de acordo com os prazos contratualizados;
  - h) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;
  - i) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre o Cocontratante e os representantes da Contraente Pública;
  - j) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços;
  - k) Se a Contraente Pública verificar que os meios utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos, poderá impor o seu reforço, alteração ou substituição, incluindo a aquisição de meios materiais (incluindo equipamentos), sem qualquer acréscimo de custo;
  - l) Sinalizar os locais de trabalho, nos termos da legislação em vigor;
  - m) Disponibilização do acesso, bem como o fornecimento de água destinada aos trabalhos de limpeza e desobstrução ficarão a cargo do Cocontratante;
  - n) Assumir todos os trabalhos preparatórios;
  - o) A realização de trabalhos em espaços confinados sendo, para isso, necessário comprovar a formação adequada dos técnicos operativos e garantir a utilização dos EPI necessários;
  - p) Assegurar a realização de serviços urgentes a qualquer hora, nos sete dias da semana, devidamente referenciado na Lista de Preços Unitários;
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à

prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. Constitui encargo do Cocontratante o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.

4. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o Cocontratante obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da Contraente Pública.

5. No prazo de 10 (dez) dias após a solicitação do gestor do contrato, o Cocontratante deve entregar os seguintes documentos:

- a. Lista de trabalhadores da empresa afetos à prestação de serviços;
- b. Mapa de pessoal da segurança social dos trabalhadores afetos à prestação de serviços;
- c. Para trabalhadores estrangeiros, cópia de contrato de trabalho com carimbo da ACT;
- d. Ficha de aptidão médica dos trabalhadores afetos à prestação de serviços
- e. Registo da entrega de equipamentos de proteção individual (EPI) dos trabalhadores afetos à prestação de serviços;
- f. Avaliação de Riscos ou Fichas de Procedimentos de Segurança das Atividades realizadas;
- g. Avaliação dos aspetos ambientais associados à atividade;
- h. Registo de formação em ambiente e segurança e saúde no trabalho;
- i. Autorização de descarga das águas residuais
- j. Declaração de Conformidade dos equipamentos, no âmbito do DL n.º 50/2005 de 25 de fevereiro, quando aplicável;
- k. Registo da Inspeção Periódica e cópia da apólice do seguro da viatura e último recibo liquidado dos veículos afetos à prestação dos serviços;
- l. Certificado de matrícula das viaturas (livrete da viatura) dos veículos afetos à prestação dos serviços;

m. Procedimento de resposta a situações de emergência.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Regime dos trabalhadores afetos ao contrato**

1. Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo do contrato adjudicado, nos termos do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2, ambos do CCP.
2. O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual.
4. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental que ateste o cumprimento da obrigação prevista no n.º 1, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.
5. A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Prazo da prestação do serviço**

1. O Cocontratante obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos na Cláusula 17.º do presente Caderno de Encargos, pelo período correspondente a 12 (doze) meses e de forma continuada, a contar da data da celebração do contrato.
2. Não obstante o prazo estabelecido no n.º anterior, o termo do contrato ocorrerá na data em que o valor pago ao Cocontratante pelos serviços executados perfizer o valor do contrato, conforme o que ocorrer primeiro.
3. O contrato pode ser renovado automaticamente por iguais períodos de 12 (doze) meses ou pelo período correspondente ao que decorrer desde a data de início da renovação a que respeita até ao novo atingimento do valor contratual, até 2 (duas) vezes, perfazendo, no máximo, 36 (trinta e seis) meses de vigência total, salvo denúncia por qualquer uma das partes com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

## **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

### **Dever de sigilo**

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.

4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraentes Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis

consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Conservação de dados pessoais**

- 1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
- 2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias

existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Transferência de dados pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Dever de cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Preço base e preço contratual**

I. O preço base é de **€99.999,50** (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para o período de execução de 12 (doze) meses, podendo ser renovável por iguais períodos até ao limite de 36 (trinta

e seis) meses, sendo o valor total de **€299.998,50** (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dividido pelos seguintes lotes:

- **Lote I – CEX NORTE** - €50.089,00 (cinquenta mil e oitenta e nove euros), para o período de vigência inicial de 12 (doze) meses, considerando-se, em caso de renovação do contrato, a despesa máxima prevista de €150.267,00 (cento e cinquenta mil, duzentos e sessenta e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- **Lote II – CEX SUL** - €19.992,75 (dezanove mil, novecentos e noventa e dois euros e setenta e cinco cêntimos), para o período de vigência inicial de 12 (doze) meses, considerando-se, em caso de renovação do contrato, a despesa máxima prevista de €59.978,25 (cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- **Lote III – CEX NORDESTE** - €29.917,75 (vinte e nove mil, novecentos e dezassete euros e setenta e cinco cêntimos), para o período de vigência inicial de 12 (doze) meses, considerando-se, em caso de renovação do contrato, a despesa máxima prevista de €89.753,25 (oitenta e nove euros, setecentos e cinquenta e três euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Contraente Pública deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço total é estimado, por ser variável em função das quantidades de serviços efetivamente realizados, razão pela qual a Contraente Pública apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.

4. As quantidades apresentadas no presente de Caderno de Encargos são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado.

5. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição,

transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Contraente Pública, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão da prestação dos serviços.
3. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Faturação eletrónica**

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.

2. A faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas exclusivamente para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela “eSPap” – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.
3. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIU5](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5);
4. A fatura deve conter, entre outras indicações, a referência do procedimento, o número da nota de encomenda e o correspondente item.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.

### **SECÇÃO III**

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

###### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

##### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

###### **Organização e meios do Cocontratante**

1. Compete ao Cocontratante o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver na prestação de serviços, em conformidade com o previsto neste Caderno de Encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, incluindo os aspetos relacionados com higiene, segurança e saúde.
2. É da inteira responsabilidade do Cocontratante as obrigações relativas à pessoa empregue na execução dos trabalhos, a sua aptidão profissional e a sua disciplina, nomeadamente as obrigações perante a segurança social.
3. Se no decurso da prestação de serviços, a Contraente Pública verificar que os meios utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos de sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição.
4. Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são atribuídas.
5. É da inteira responsabilidade do Cocontratante o acesso aos locais de cada intervenção.
6. O Cocontratante deve ainda possuir equipamento adequado às condições do terreno, nomeadamente em caso de elevada pluviosidade ou de acessos condicionado.
7. A mobilização de todos os meios humanos e materiais necessários à prestação dos serviços a cargo do Cocontratante é da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.
8. Nenhum trabalho pode ser executado sem um mínimo de 2 (dois) trabalhadores presentes.
9. A Contraente Pública reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao Cocontratante qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitado os agentes desta, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na prestação de serviços, ou ainda provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Cocontratante o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do agente indicado.
10. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares

em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregue sendo de sua conta os encargos que daí resultem, nomeadamente quanto aos seguros contra acidentes de trabalho.

11. As eventuais despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do Cocontratante e seus consultores serão da conta do Cocontratante.

12. Todos os meios necessários à execução da prestação de serviços, ao controle e registo de dados técnicos da prestação de serviços, bem como meios de transporte, informáticos e outros são da responsabilidade do Cocontratante, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção.

13. O Cocontratante deverá colocar ao serviço do pessoal da sua equipa os meios de transporte necessários para o desempenho das funções que lhe são cometidas, competindo-lhe igualmente assegurar a respetiva exploração e manutenção.

14. Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção individual dos seus agentes e empregados. O equipamento de proteção individual deverá obedecer às normas em vigor sobre esta matéria.

15. Todos os meios necessários à realização da aquisição de serviços, tais como meios instrumentais, de remoção, de transporte e outros são da responsabilidade do Cocontratante, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção.

16. Os meios materiais mínimos a afetar, por lote, à aquisição de serviços, terão as seguintes características mínimas:

- a) **Viatura Combinada Hidroaspiradora:** de 10 a 15 m<sup>3</sup> de volume de sujos, 5 a 6 m<sup>3</sup> de água limpa, com bomba de vácuo de 1500 m<sup>3</sup>/h, bomba de água com 170 bar e 300l/min e carretel de desobstrução;
- b) **Viatura Combina Hidroaspiradora:** de 6 m<sup>3</sup> de volume de sujos, 2 m<sup>3</sup> de água limpa, com bomba de vácuo de 1500 m<sup>3</sup>/h, bomba de água com 150 bar e 200l/min e carretel de desobstrução;
- c) **Viatura Combinada de hidrolimpeza,** ligeira 4x4: 0,6 m<sup>3</sup> de volume de sujos e respetivos equipamentos de limpeza e desobstrução;
- d) **Trator com cisterna tipo do Joper** de 4 m<sup>3</sup> e respetivos equipamentos.

e) **Meios para inspeção vídeo** de coletores de águas residuais, com um robot adequado, inclinómetro, com um desempenho de inspeção mínimo de 200 metros por hora.

17. Devem ser utilizados sistemas de reciclagem/reutilização de água na execução dos diversos trabalhos, bem como equipamentos com capacidades todo-o-terreno.

18. A Contraente Pública poderá aceitar a utilização de equipamentos cujas características não sejam exatamente as indicadas, desde que tal seja fundamentadamente proposto pelo Cocontratante e expressamente aceite pela Contraente Pública. A fundamentação exigida deverá versar essencialmente na garantia de rendimentos e eficiências equivalentes aos equipamentos mínimos.

19. O Cocontratante deverá garantir a mobilização simultânea dos meios materiais mínimos de modo a garantir o mínimo de duas frentes de resposta a uma chamada geradora de duas intervenções em simultâneo.

20. O Cocontratante deverá especificar na sua proposta os rendimentos mínimos que garante na laboração dos seus equipamentos. Caso os rendimentos não sejam atingidos o Cocontratante deverá reforçar os meios, ou faturar tendo em conta os rendimentos mínimos garantidos. Sempre que os meios colocados em serviço se revelem insuficientes, os custos decorrentes dos meios materiais que se venham a revelar necessários serão da inteira responsabilidade do Cocontratante.

21. O Cocontratante deverá colocar ao serviço do pessoal da sua equipa os meios de transporte necessários para o desempenho das funções que lhe são cometidas, competindo-lhe igualmente assegurar a respetiva exploração e manutenção.

22. Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção individual (EPI) dos elementos afetos ao acompanhamento dos trabalhos. O EPI deverá ser preferencialmente novo, ou estar dentro do prazo de validade, e obedecer às normas legais em vigor sobre esta matéria.

23. Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção coletiva afeto à execução dos trabalhos, nomeadamente a adequada sinalização rodoviária.

24. O Cocontratante deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de 2 (dois) telemóveis, facultando o respetivo número à Contraente Pública. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis

para o estabelecimento de comunicação compatível entre a Contraente Pública e o Cocontratante. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

## **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

### **Custos da aquisição de serviços**

1. O custo de mobilização dos meios necessários da prestação de serviço, apenas para trabalhos não programados, será dividido em função do dia e hora:

- Dias da semana, das 08:00 às 17:00, tempo de resposta até 3 horas;
- Dias da semana, das 17:01 às 07:59, tempo de resposta até 3 horas;
- Fins de semana e feriados, tempo de resposta até 3 horas;

2. Qualquer uma destas mobilizações só será paga se o tempo de resposta (início da intervenção após contacto pela via telefónica ou mail) for inferior a 3 (três) horas.

3. Os trabalhos programados terão que ser definidos com 48h de antecedência, não requerem taxa de mobilização, mas exigem um período mínimo de 4 (quatro) horas de serviço consecutivas.

2.4. Assume-se uma mobilização por cada requisição de serviço. Cada requisição de serviço poderá ser composta por um, ou por vários trabalhos em infraestruturas diferentes num determinado local, confinado geograficamente à delimitação do Centro Operacional. Será faturada apenas uma mobilização, por cada requisição de serviço. O somatório do tempo dos diversos trabalhos em cada requisição de serviço não deverá ultrapassar um dia útil.

3.5. No valor hora de trabalho efetivo das viaturas deverá estar incluído o seguinte:

- a) Pessoal interveniente (condutores e operadores);
- b) O fornecimento e utilização de equipamentos auxiliares de apoio a realização do trabalho, nomeadamente: obturadores (balões) para tamponamento de condutas, bombas submersíveis com os respetivos acessórios para a realização de transvazes, escadas, etc.;

- c) Trabalhos preparatórios, nomeadamente: a instalação de equipamentos auxiliares e de proteção coletiva e individual, dedicados à higiene, segurança e saúde no trabalho;
- d) Reabastecimentos de água às viaturas;
- e) Transporte e deposição de efluentes líquidos para a ETAR dentro do respetivo CEX onde vai ser realizado o serviço;
- f) Transporte e deposição de areias, gorduras e gradados para os leitos de secagem localizados na cidade de Viana do Castelo.

4.6. As regras gerais a considerar na medição dos tempos a faturar serão as seguintes:

- O tempo a contabilizar para faturação será o tempo correspondente à realização do serviço, que inclui o funcionamento efetivo das bombas de vácuo e/ou das bombas de pressão de água das viaturas no local do trabalho e a mão de obra;
- Nas limpezas / desobstruções de interceptores gravíticos na aspiração de efluentes em infraestruturas, a duração mínima a faturar por cada requisição de serviço é de 30 minutos;
- A faturação, após duração mínima de 30 minutos, deverá ser contabilizada de 15 em 15 minutos;
- A contagem dos tempos de trabalho só deverá iniciar-se com a comparência de todos os meios humanos, materiais e outros necessários como os inerentes à segurança, higiene e saúde, para a realização do trabalho.

5.7. O preço a pagar por cada intervenção já inclui:

- a) Todos os trabalhos preparatórios para a execução do trabalho;
- b) Utilização de ferramentas necessárias, para a boa execução dos trabalhos previstos e associada a cada tipo de trabalho, a mencionar na lista anexa;
- c) Utilização de equipamentos auxiliares para a boa execução dos trabalhos previstos, a mencionar na lista anexa;
- d) Utilização de equipamentos de higiene, segurança e saúde, coletivo e individual, adequado ao trabalho a desenvolver, associado a cada recurso humano, a mencionar na lista anexa;

- e) Vedação de segurança da área de intervenção, quando necessário;
- f) Outras medidas que se revelem importantes para a boa execução e segurança do trabalho;
- g) Elaboração e comunicação de relatório de intervenção (modelo próprio) em papel e em ferramenta informática tipo Excel ou Word.

### **CAPÍTULO III**

## **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea *a)* do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente Pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A Contraente Pública pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
  - a) Nos trabalhos urgentes, o atraso na comparência dos meios necessários para a realização do trabalho, o Cocontratante incorrerá em penalização correspondente a 100% da taxa de mobilização, acrescido de uma redução de 10% do valor hora de serviço.
  - b) Nos trabalhos programados, o atraso na comparência dos meios necessários para a realização do trabalho, o Cocontratante incorrerá em penalização correspondente a uma redução de 10% no valor hora de serviço.
3. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que,

cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização

## **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

### **Resolução do contrato por parte da Contraente Pública**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
  - a) Incumprimento, cumprimento deficiente ou mora no cumprimento de alguma das obrigações compreendidas no presente contrato e que coloquem em crise o normal e adequado funcionamento da instalação;
  - b) Declaração do Cocontratante em como não cumprirá alguma obrigação inscrita no presente Caderno de Encargos e da qual resulte perda do interesse da Contraente Pública na prestação contratual.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 22.<sup>a</sup> relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

## **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

### **Resolução do contrato por parte do Cocontratante**

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos

Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.

3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

